



Ata da 3ª Reunião Geral do Fórum Floresta Nativa em 2021 – 27 de outubro

Participantes: Adriana Kfoury (TNC), Alice Dias da Cruz (Carbonext), Ana Bastos (Amata), Ana Duque (Pinheiro Neto Advogados), Ariane Barbosa (TNC), Beto Mesquita (BVRio), Carla Gheler-Costa (Câmara dos Deputados), Carlos Barros, Clecia Silva Santana (Organização de Conservação da Terra), Daniel Bentes (CONFLORESTA), Daniel Strozzi Soares (WRI Brasil), Daniela Gonçalves (CHS), Dulcineia Carvalho (DCF/UFLA), Edson Santiami (TNC), Eduarda Lee (CNA), Eduardo Rocha (UFRA), Eduardo Roxo (Atina), Elisa Bruziguessi (IFB), Fabiana Pureza de Almeida (Reserva Legado Verdes do Cerrado), Fernando Passos (UFPR), Fernando Fonseca (TNC), Gabriel Lui (Ics), Guilherme Bircol (Belterra), Helena Allegro (Ecosecurities), Jeanicolau Lacerda (Precious Woods), Jorge Ribeiro (Brauna Empreendimentos), Julio Tymus (TNC), Leonardo Sobral (Imaflora), Lícia Maria Nunes de Azevedo (TNC), Lucas Carvalho (UFRJ), Luciana Villa Nova, Marcelo de Oliveira, Marcelo Poppe (CGEE), Márcia Cardelli (Cargill), Maria Cristina Weyland Vieira (CNRPPN), Mariana Dettmer (Atina), Mayara Tavares (TNC), Michele Cotta (Centro Clima/COPPE/UFRJ), Miguel Calmon (CI), Pâmela Carbonari (Bem Comunicar), Pollyanna de Sousa (100% Amazônia), Raphael Hamawaki (Cargill), Robson Capretz (CI), Rodrigo Ciriello (Diálogo Florestal), Rubens Benini (TNC), Shindi Kiyota (Associação Universidade da Água), Silvio Brienza (Embrapa), Stefan Keppler (Munguba Soluções Ambientais), Tamilis Emerick (SIF-UFV), Tarcísio Feitosa (CLUA), Tiago Reis (Trase), Valmir Ortega (Belterra), Yuri Rugai (ECCON); Joice Oliveira, Laura Lamônica, Maiara Beckrich, Renato Grandelle (Coalizão)

Atualização das Forças-Tarefa do Fórum Floresta Nativa

FT Restauração

- A FT Restauração surge a partir da união das três FTs que lideravam o tema na Coalizão. Para organizar, dividimos as frentes de trabalho desta nova FT em: Observatório da Restauração e Reflorestamento; Múltiplos Benefícios da Restauração; e Capacitação.
- Após o lançamento do [Observatório da Restauração e Reflorestamento](#), estamos trabalhando na qualificação dos dados iniciais, que apontam que temos 11 milhões de hectares restaurados, o que colocaria o Brasil próximo de cumprir sua NDC de 12 milhões de hectares até 2030. Entretanto há fatores a serem considerados como a regeneração natural, então estamos entrevistando especialistas para nos ajudar a compor indicadores que permitam uma contagem mais exata. Posteriormente, faremos um workshop sobre o estudo de qualificação dos dados. Além disso estamos construindo novas funcionalidades e nos aproximamos de outras iniciativas como o Barômetro e o PLANAVEG para entender como fazer uma coleta de dados automatizada entre as plataformas. Temos como objetivo fazer atualizações trimestrais do Observatório e reportar semestralmente as novidades de forma mais ampla.
- Na frente de Múltiplos Benefícios da Restauração, estamos trabalhando próximos do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), na agenda da Década da Restauração da ONU. Como próximos passos, vamos construir um plano de comunicação integrado com a participação dos diversos atores que trabalham na



agenda da restauração, com o objetivo de comunicar os benefícios da restauração à sociedade de forma mais efetiva.

- Na frente de Capacitação em Restauração, promovemos uma série de diálogos com parceiros e estamos elaborando uma proposta nacional de Restauração Ecológica de Nativas. Vamos fazer cursos para formação de replicadores, capacitando pessoas para trabalhar na ponta da restauração ecológica em vários níveis. Como próximos passos, estamos contratando um secretariado executivo para adaptar a plataforma dos cursos no site da SOBRE (Sociedade Brasileira de Restauração Ecológica).

FT Silvicultura de Espécies Nativas

- A FT conta com quatro frentes de trabalho: Mercado, Pesquisa & Desenvolvimento, Financiamento & Investimento, e Marco Regulatório.
- Após o lançamento do [Programa de P&D em Silvicultura de Espécies Nativas](#), em abril de 2021, tivemos uma série de reuniões técnicas para elaboração e validação dos protocolos para funcionamento do Programa. Neste momento, estamos negociando com financiadores a implantação do programa em 20 sítios na Mata Atlântica e temos um Conselho Diretivo Interino, composto por sete pessoas e mais duas de apoio, que está escrevendo as propostas para esses financiadores.
- Adicionalmente, estamos trabalhando com o governo do Espírito Santo em um Grupo de Trabalho para transformar o estado em um polo de silvicultura de nativas. Temos tido reuniões periódicas do GT para construir o plano de ação deste trabalho que é bastante amplo, se relacionando com todas as frentes da FT.
- Nos dedicamos, ainda, a um [estudo](#), em parceria com o WRI, que avaliou o retorno econômico de 40 casos de reflorestamento com espécies nativas no Brasil, mostrando que a restauração tem grande potencial na transição para uma economia de baixo carbono. Teremos também a publicação de estudo da TNC e do Cedagro (Centro de Desenvolvimento do Agronegócio) sobre mercados madeireiros e não madeireiros no Espírito Santo.

FT Concessões Florestais

- O PL 5518/2020 traz propostas de melhorias à lei de gestão de florestas públicas visando alavancar as concessões florestais. No início de setembro, o relator Deputado Coronel Chrisóstomo (PSL-RO) apresentou um substitutivo ao PL que deve entrar na pauta na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS). Fizemos uma análise do substitutivo e houve melhoria em relação à lei, mas outros elementos precisam de uma análise mais aprofundada, como o licenciamento do manejo florestal.
- Como próximos passos, vamos continuar a acompanhar a evolução do PL e pensamos em organizar workshops para articular soluções para alguns gargalos sobre o tema. Como resultado, queremos então elaborar um *policy brief* sobre essas sugestões, provavelmente no início do próximo ano.



FT Bioeconomia

- A primeira grande entrega da FT foi o [posicionamento](#) sobre Bioeconomia, lançado em setembro, que organiza o trabalho da FT em três frentes prioritárias (contribuição para criação de Programa Nacional de Bioeconomia; integração de fontes de dados; estímulo à criação de polos regionais de excelência). Criamos três subgrupos (um para cada prioridade) de modo a facilitar a elaboração do plano de ação.
- Além disso, iniciamos diálogos com organizações que trabalham este tema como a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e Uma Concertação pela Amazônia, com quem queremos realizar um primeiro workshop sobre as sinergias dos trabalhos. Um ponto muito importante a ser abordado nesses diálogos é a sistematização de dados, porque a falta de dados que temos hoje é um gargalo bastante significativo para avançar em nossos objetivos.
- Paralelamente, a TNC (com apoio de BID e Natura) lançou no Fórum Mundial de Bioeconomia, um [estudo sobre cadeias da sociobiodiversidade no Pará](#). O estudo teve acompanhamento, desde seu início, de membros da FT Bioeconomia. Dada a importância dos resultados que o estudo traz, queremos utilizá-lo para contribuir com a elaboração de políticas públicas do estado do Pará.

Debate – soluções baseadas na natureza: potencial para atingir escala

Moderador Eduardo Roxo – Fundador e CEO da Atina e líder da FT Bioeconomia e do Fórum Floresta Nativa

Sabemos que há muitos gargalos para o crescimento das cadeias florestais, já que é um universo pequeno, em termos de impacto e de escala. Por outro lado, há muitas boas iniciativas relacionadas a soluções baseadas na natureza. A compra de madeira certificada no Brasil, por exemplo, é difícil, porque a maioria da madeira é para exportação e existem riscos como aqueles relacionados à legislação. A reflexão desta conversa é: “nas melhores condições, qual escala conseguiremos atingir?”.

- Diante da emergência climática, como essas iniciativas podem contribuir?
- Qual cenário a CONFLORESTA projeta em termos de concessão florestal para os próximos anos?
- Qual a dificuldade para a concessão das terras públicas por parte do Governo federal?
- Sobre a iniciativa da TNC em Minas Gerais, em parceria com o Mercado Livre, poderia nos contar um pouco mais? Qual escala é possível atingir?
- Iniciativas como a da Belterra tem dois bons obstáculos que são a pulverização, porque é importante trabalhar com os pequenos produtores rurais, mas custa mais, e o outro é trabalhar em áreas degradadas. Quais os gargalos e até onde é possível chegar?
- Por fim, como lidar com o risco de que o carbono se torne a única forma de viabilizar os negócios florestais?



Daniel Bentes – Diretor-executivo da Confloresta

- O nosso principal gargalo é o mercado em si e a relação com o mercado consumidor. Não vemos a sociedade defendendo manejo florestal porque ela não entende o que é e, por isso, consome madeira de origem ilegal. Em termos de mercado, a madeira sofre com esta questão da ilegalidade.
- Sobre as concessões florestais, são uma política razoavelmente recente e por isso há uma expectativa grande em relação ao tema. A lei de gestão de florestas públicas é de 2006, e a partir daí começamos a ter alguns contratos assinados. Hoje temos mais de 1,5 milhão de hectares de terra de concessões implementadas pelo Serviço Florestal Brasileiro, Ideflor-Bio e a Secretaria de Meio Ambiente do Amapá, mas existe um campo grande para crescimento.
- O que se projeta é algo em torno de 3 a 5% da nossa produção nacional em terras de concessões. No Pará, que tem maior quantidade de concessões, é algo em torno de 10% da produção total de madeira. Em termos nacionais, a CNI estima 60 milhões de hectares de área no Brasil. Ou seja, há previsão de que as concessões possam suprir todo o mercado nacional de madeira. Até 2023, o governo federal prevê 4 milhões de hectares para concessão.
- O processo de demanda exige levantamento, estudo das áreas e um bom relacionamento com as comunidades locais. Muito difícil vender madeira de concessão para consumidor interno. Nós iniciamos a produção já com a mercadoria prometida para comprador externo.
- Não é tão simples disponibilizar terra pública para concessão. A terra é pública, mas há pessoas, comunidades, então é complexo colocar aquela terra para concessão. O governo não tem quadro técnico o suficiente para fazer um mapeamento geral que é fundamental, já que essas terras estão suscetíveis à ilegalidade e ao desmatamento.
- O mercado de carbono promete entregar um valor muito maior do que o obtido por manejo florestal e nos preocupamos em como viabilizar o manejo por si. O mercado de madeira tem estabilidade, enquanto o de carbono há alguns anos arrefeceu, e só agora está novamente em alta.

Adriana Kfoury – Gerente regional do Plano Conservador da Mantiqueira da TNC Brasil

- A TNC tem um projeto de carbono que está sendo implementado no âmbito do Plano Conservador da Mantiqueira, uma iniciativa de várias organizações. Temos três objetivos bem específicos de trabalho em 425 municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais: política pública para restauração, capacitação e governança local de organização territorial.
- A TNC está no território desde 2005 e o Plano Conservador da Mantiqueira acontece há 5 anos, com a visão de restaurar 1,5 milhão de hectares até 2030, o que corresponde a mais de 10% da NDC brasileira. É um trabalho bem ambicioso, mas acredito o mercado de carbono é uma das possibilidades para chegar nessa meta.



- Tivemos experiências bem-sucedidas com mercado de carbono, mas não foram adiante porque ainda não tinha essa grande procura de hoje. O Mercado Livre buscou a gente para fazer um projeto para zerar suas emissões e aproveitamos para casar esse pedido com a certificação de carbono na Mantiqueira. Temos duas frentes de trabalho avançando – uma é a própria certificação, incluindo a definição da governança do carbono; a outra é implementar, em paralelo, 2.717 hectares de restauração na região.
- Para ter escala é preciso equalizar o custo de restauração e o potencial de regeneração. Segundo a Embrapa, há no Brasil mais de um milhão de hectares de terra degradada que poderiam passar por regeneração natural.
- Também trabalhamos na teoria da mudança: ter PSA, nessa área onde começamos a ter regeneração natural, seria suficiente para que a área passasse a estar sob a lei da Mata Atlântica e Código Florestal? É aí que entra o carbono para tentar fechar esta equação.
- Em termos de propriedade e território, temos trabalhado primariamente com municípios. Dos 425 municípios, fizemos contato com mais de 100 prefeituras para que prospectem propriedades com possibilidade de restauração com pagamento por serviços ambientais e comercialização de carbono. Temos também mobilizado parceiros locais que fazem este trabalho de engajar os produtores.
- O primeiro benefício para o produtor é a própria regularização de sua propriedade. Mas também falamos de água, mitigação de mudanças climáticas, melhor qualidade do solo e outros benefícios associados. O desafio é fazer com que o mercado seja bom para todo mundo. O modelo que usamos é regeneração natural, PSA e depois carbono. Mas sabemos que não podemos trabalhar só com regeneração natural. Cada propriedade tem suas necessidades e pode haver áreas que precisem de regeneração com plantio completo.
- O grande desafio agora é como fazer um pacote, que possa alavancar recursos para restauração em escala. O crédito de carbono é adicional, mas não é a moeda que vai pagar a conta da restauração e regeneração.
- Nós trabalhamos com a intervenção na área para regeneração natural (pode ser isolar, fazer cercamento ou outra). Uma vez isolada, o proprietário passa a receber R\$ 300 por ano por hectare durante cinco anos. E ao fim desse prazo, o carbono é certificado. 80% do crédito é do Mercado Livre e 20% do produtor rural. A partir do 11º ano, o crédito é todo do produtor. A ideia é que o produtor negocie esse crédito em uma plataforma ou diretamente com os compradores.

Valmir Ortega – sócio da Belterra Agroflorestas

- Temos foco em duas premissas. Uma é escala e a segunda é a prioridade é trabalhar com pequenos agricultores já que a maior parte deles não tem acesso a assistência técnica rural, nem crédito, e ainda trabalham com terras subaproveitadas ou com baixa produtividade. Mas também trabalhamos com médios e grandes produtores.
- Nos próximos dois meses vamos implantar 1.400 hectares de agrofloresta. É pequeno em área, mas acreditamos que estamos contribuindo com o modelo, que é escalável e



replicável. Neste sentido, cooperamos com outras empresas para intercambiar os modelos.

- Mais do que apenas um negócio, esperamos ser um indutor de sistemas agroflorestais. E tudo isso passa por políticas públicas, pela sociedade civil e por investimento privado. A combinação desses três âmbitos fará a gente alcançar milhões de hectares. Temos uma meta inicial de 40 mil hectares alcançados. Chegaremos ao fim do ano com 2,3 mil hectares de área plantada, localizados em imóveis com área total que já ultrapassa 16 mil hectares.
- Nossa modelagem financeira dos arranjos produtivos trata o carbono (que pode ser negociado como crédito) como um bônus. Acreditamos que nosso modelo precisa se sustentar sem o carbono, ainda que esse mercado aponte uma demanda firme, já que estamos vendo diversas empresas se comprometendo a zerar suas emissões líquidas.
- Defendemos que o carbono tenha um valor justo para engajar o produtor e premiar o negócio, mas que não seja ferramenta de mera especulação no mercado. Estamos testando várias abordagens para remunerar o produtor pelo carbono absorvido.
- Temos, na Belterra, arranjos em parceria com empresas para dar escala a SAF de cacau, mas também somos parceiros de empresas de fitofármacos e cosméticos para produzir espécies que tenham esse uso. Não são indústrias que demandam volume, mas podem remunerar bem os arranjos e nos permitir ampliar escala. Acredito que, para ganhar escala em milhões de hectares em agroflorestal, é preciso investir em fibras, óleos e madeiras, ou seja, arranjos madeireiro e não madeireiro. É assim que chegaremos a milhões de hectares.